

Nota Informativa

Edição 069/2025

DESTAQUES

- Comissão aprova projeto que proíbe bloqueio orçamentário do Fust e do Funttel
- Política para data centers prevê isenção de Imposto de Importação
- É hora de 'sepultar' fair share, diz autor de PL que proíbe cobrar big techs
- Governo Lula conclui proposta para regular big techs com foco em transparência para consumidores
- Haddad diz a Moody's que meta fiscal será cumprida pelo 2º ano consecutivo em 2025
- Abrint defende liberação de uso outdoor na porção inferior do 6 GHz

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Empresa do grupo B3 desenvolve plataforma de IA para bancos fazerem novo cálculo determinado pelo BC
- Comissão aprova projeto que proíbe uso de recursos públicos para monitorar manifestações em redes sociais
- Rede 6G vai trazer IA integrada e mudar foco da comunicação de dados no Brasil

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

- Haddad diz que ainda não conversou com relator da isenção do IR
- Brasil deve terminar o ano melhor do que estimado por projeções
- INPC abranda alta para 0,48% em abril, mas alcança 5,32% em 12 meses

EDUCAÇÃO

MEC adia pela quarta vez a divulgação do novo marco regulatório do ensino a distância

POLÍTICA

INSS anuncia devolução de R\$ 292,7 milhões a aposentados a partir do dia 26; veja calendário

Placar apertado na Câmara por aumento no número de deputados deve dificultar votação no Senado, mas Motta tenta acordo

Conar defende atuação com governo para regular propaganda de bets

DESTAQUES

Comissão aprova projeto que proíbe bloqueio orçamentário do Fust e do Funttel

Poder Legislativo | 09/05/2025 – 12h42min

A Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que proíbe o governo de bloquear os recursos orçamentários de dois fundos de telecomunicações, garantindo o financiamento estável de políticas do setor: o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) e o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O bloqueio orçamentário, previsto na [Lei de Responsabilidade Fiscal](#), é um mecanismo utilizado pelo governo para administrar despesas e garantir o cumprimento das metas fiscais. Inicialmente, o [Projeto de Lei Complementar \(PLP\) 81/22](#), de autoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE), restringia o bloqueio orçamentário apenas ao Funttel. No entanto, o relator, deputado David Soares (União-SP), propôs uma nova redação (substitutivo) ampliando a medida para incluir também o Fust. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Política para data centers prevê isenção de Imposto de Importação

Poder Executivo | 09/05/2025 – 05h

A nova política nacional de data centers isentará do Imposto de Importação a compra de bens que não tenham produção similar no Brasil. No caso dos bens que já são produzidos no país, o Imposto de Importação continuará valendo, como forma de “fortalecer a cadeia produtiva nacional”, um dos principais objetivos dessa política. As novas regras para o setor também exigirão contrapartidas das empresas, como investimentos em energia limpa, já que data centers são grandes consumidores de eletricidade. As afirmações foram feitas pelo secretário do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) Wallace Moreira em entrevista ao Valor. “Os data centers por si só não geram muito emprego, por isso é muito importante pensar na cadeia produtiva como um todo”, diz o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços da pasta. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

É hora de 'sepultar' fair share, diz autor de PL que proíbe cobrar big techs

Mercado | 08/05/2025 – 20h54min

Autor de projeto de lei que visa proibir a cobrança pelo tráfego gerado pelas big techs (algo chamado pelas teles de fair share), o deputado David Soares (União-SP) espera "sepultar" neste ano o debate sobre o tema, a partir da aprovação do Projeto de Lei 469/2024 pelo Congresso. O parlamentar participou na quinta-feira, 8, de debate no Abrint Global Congress (AGC 2025). Segundo Soares, há uma "postura propositiva" de deputados em

aprovar o PL, atualmente tramitando na Comissão de Ciência, Tecnologia e Informação (CCTI) da Câmara. "Vamos trabalhar para ainda neste ano sepultar de uma vez por toda a ideia do fair share". Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Lula conclui proposta para regular big techs com foco em transparência para consumidores

Poder Executivo | 08/05/2025 – 19h47min

O governo Lula concluiu a elaboração de dois projetos de lei para regular as plataformas digitais. Os textos receberam aval no fim de abril, e agora os ministros envolvidos devem se encontrar para debater o melhor momento político para enviá-los ao Congresso. Um dos projetos foi construído pela Secretaria de Direitos Digitais (Sedigi), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), e o outro, pela Secretaria de Reformas Econômicas (SRE), no Ministério da Fazenda. Ambos estavam nos ajustes finais em um grupo de trabalho interministerial na Casa Civil. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad diz a Moody's que meta fiscal será cumprida pelo 2º ano consecutivo em 2025

Poder Executivo | 08/05/2025 – 18h37min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que disse a representantes da agência de classificação de risco Moody's em reunião na quinta-feira que o país vai cumprir pelo segundo ano consecutivo a meta fiscal em 2025. — Essas reuniões são preparatórias. Apresentei o cenário que entendo que vai se realizar, com o cumprimento da meta pelo segundo ano consecutivo. Dei o plano de voo do que está acontecendo e sugeri a eles que não tem mudança de fato em relação aos objetivos da política fiscal. Segundo ele, os representantes da Moody's se surpreenderam com o resultado fiscal de 2024 e demonstraram interesse nas reformas em andamento. A conversa de hoje integra a série de reuniões que antecede a divulgação do novo relatório de rating da economia brasileira. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Abrint defende liberação de uso outdoor na porção inferior do 6 GHz

Mercado | 08/05/2025 – 19h54min

Além de defender a retomada de todo o espectro de 6 GHz para o segmento de banda larga, a entidade de pequenos provedores Abrint também entende que o uso outdoor do espectro poderia ser liberado na porção inferior da faixa, que segue disponível para operação de equipamentos Wi-Fi. O pleito foi manifestado pela vice-líder do conselho da Abrint, Cristiane Sanches, durante debate no encontro anual da entidade (o AGC 2025) realizado em São Paulo na quinta-feira, 8. A discussão abordou a decisão de 2024 da Anatel que destinou a metade superior do 6 GHz para serviços móveis, revertendo posição de 2021 que deixava todo o espectro para o Wi-Fi. Fonte: ASCOM Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Empresa do grupo B3 desenvolve plataforma de IA para bancos fazerem novo cálculo determinado pelo BC

Mercado | 09/05/2025 – 12h07min

A Neurotech, empresa do grupo B3 especializada em soluções de inteligência artificial (IA) e big data, lançou a primeira plataforma desenvolvida com base em IA generativa que auxilia as instituições financeiras a calcularem a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) dentro das novas regras da Resolução 4.966 do Banco Central. Segundo a empresa, a plataforma Solução 4.966 permite que os bancos tirem proveito mais rapidamente dos benefícios da nova norma. O diretor de dados e analytics da B3, Mauricio Teramoto, destaca que, entre os mais importantes, está o fato de que, antes, as instituições precisavam calcular o provisionamento com base no volume de pagamentos não realizados em um determinado período, a chamada “perda incorrida”. Agora, precisam prever o volume de pagamentos não efetivados, o conceito de “perda esperada”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão aprova projeto que proíbe uso de recursos públicos para monitorar manifestações em redes sociais

Poder Legislativo | 09/05/2025 – 11h40min

A Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que proíbe o uso de recursos públicos para perseguir, investigar, monitorar ou vigiar manifestações individuais de parlamentares, jornalistas ou qualquer cidadão. O texto também proíbe a utilização de serviços de monitoramento de redes sociais para espionagem, vigilância ou intimidação. As medidas estão previstas no [Projeto de Lei 2973/24](#). O objetivo do autor da proposta, deputado Júnior Mano (PSB-CE), é preservar a liberdade de expressão garantida na Constituição Federal. O texto aprovado foi a versão apresentada pelo relator, deputado Gilvan Maximo (Republicanos-DF). Ele alterou a proposta para excetuar da proibição investigações conduzidas pela polícia ou pelo Ministério Público. Na avaliação de Gilvan Maximo, o projeto reforça o papel da administração pública como garantidora dos direitos fundamentais e não como instrumento de intimidação política. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Rede 6G vai trazer IA integrada e mudar foco da comunicação de dados no Brasil

Mercado | 09/05/2025 – 09h

O 5G ainda passa por correções e melhorias em todo o mundo - inclusive no Brasil - mas para quem acompanha a área, é o 6G que começa a entrar nas conversas com promessas de uma conexão mais rápida, uma rede mais ampla e com maior foco em outros aspectos além da comunicação de dados, como geolocalização e suporte nativo para inteligência artificial (IA). A tecnologia deve ter suas primeiras instalações apenas depois de 2030 e ainda está em fase de desenvolvimento, mas já é possível prever que o impacto da nova rede móvel poderá ampliar a forma como as empresas constroem seus produtos, acredita Luciano Mendes, professor do Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel). Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Haddad diz que ainda não conversou com relator da isenção do IR

Poder Legislativo | 09/05/2025 – 12h15min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na 6ª feira (9.mai.2025) que ainda não conversou com o deputado Arthur Lira (PP-AL), relator do projeto de lei que isenta o IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) de quem ganha até R\$ 5.000. Lira afirmou na 3ª feira (6.mai.2025) que apresentará o relatório do texto à comissão especial em 27 de junho, mas que há “descompasso” e “assimetria” no texto divulgado pelo governo federal. “Eu não tive a

oportunidade de sentar ainda com o relator, Arthur Lira. Ele está ouvindo um lado, mas eu creio que ele vai ouvir também o Ministério da Fazenda para formar um juízo sobre o que está em jogo”, declarou Haddad. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil deve terminar o ano melhor do que estimado por projeções

Poder Executivo | 09/05/2025 – 12h

Ao comentar os dados sobre a queda na inflação oficial do país no mês de abril, que apontou queda de 0,43% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, revelou estar confiante que o Brasil vai terminar o ano melhor do que as projeções que estão sendo feitas pelo mercado. Mesmo sem revelar as suas projeções, o ministro disse que o ano de 2026 terá uma situação ainda “mais confortável”. “O IPCA está em linha com o que estava projetado. Eu estou confiante que nós vamos terminar o ano um pouquinho melhor do que as previsões. E o ano que vem numa situação mais confortável”, falou o ministro a jornalistas na manhã do dia (9), na capital paulista. Haddad participou do lançamento oficial da calculadora de renda variável (ReVar) na sede da B3, na capital paulista. A calculadora, que já está em funcionamento desde o final do ano passado, foi desenvolvida em uma parceria entre a Secretaria da Receita Federal e a B3. Fonte: IBGE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

INPC abranda alta para 0,48% em abril, mas alcança 5,32% em 12 meses

Poder Executivo | 09/05/2025 – 09h44min

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a variação de preços percebida por famílias com renda entre um e cinco salários mínimos mensais, desacelerou a alta para 0,48% em abril, após elevação de 0,51% em março, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, o índice registrou 5,32% no acumulado em 12 meses até abril, ante 5,20% até março. Em 2025, até abril, o INPC subiu 2,49%. Até março, a alta era de 2%. Os preços dos alimentos avançaram 0,76% em abril, abaixo da taxa de 1,08% em março. No caso de produtos não alimentícios, houve aumento de 0,39% em abril, após aumento de 0,32% em março. Nos índices regionais, a maior variação ocorreu em Porto Alegre (1,07%), influenciada pela alta da energia elétrica residencial (3,34%) e do tomate (45,96%). Já a menor variação ocorreu em Brasília (0,01%), com a redução de 1,69% na gasolina. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EDUCAÇÃO

MEC adia pela quarta vez a divulgação do novo marco regulatório do ensino a distância

Poder Executivo | 09/05/2025 – 09h16min

O Ministério da Educação (MEC) adiou pela quarta vez a divulgação do marco regulatório do ensino a distância. A publicação das novas regras estava prometida para esta sexta-feira (09) e foi postergada para 9 de junho. Desde meados do ano passado, está proibida a abertura de novos cursos, polos e vagas de graduações on-line. A pasta informou, na época, que até dezembro de 2024 um novo marco regulatório seria divulgado e desde então vem promovendo uma série de adiamentos. O documento está parado na Casa Civil. O MEC vem informando ao setor algumas das novas regras que devem fazer parte do marco regulatório. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA**INSS anuncia devolução de R\$ 292,7 milhões a aposentados a partir do dia 26; veja calendário**Poder Executivo | **09/05/2025 – 09h26min**

O INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) anunciou na sexta-feira a devolução de R\$ 292.699.250,33 para aposentados e pensionistas entre os dias 26 de maio e 6 de junho. O valor é referente às mensalidades de abril que foram descontadas por sindicatos e associações, mesmo após o bloqueio da modalidade. Segundo o órgão, os valores foram descontados porque a folha de pagamento do mês já havia sido rodada antes da determinação de bloqueio de descontos associativos do governo. Sendo assim, os pagamentos foram retidos pelo Instituto e serão devolvidos conforme o calendário divulgado. "O dinheiro foi bloqueado pelo INSS e será devolvido aos beneficiários na folha de maio", diz o comunicado. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Placar apertado na Câmara por aumento no número de deputados deve dificultar votação no Senado, mas Motta tenta acordoPoder Legislativo | **09/05/2025 – 03h30min**

Integrantes da cúpula do Senado e líderes partidários indicaram que o projeto de lei que aumenta o número de deputados federais não deverá ter uma votação célere na Casa. Senadores avaliam que hoje não é possível saber se a medida conta com apoio para ser aprovada. É apontado como sinal disso o fato de o placar na Câmara ter sido apertado. Foram 270 favoráveis e 207 contrários. O número mínimo para passar era de 257. Com base nos números do novo Censo, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu um prazo até 30 de junho para que a Câmara faça uma redistribuição do número de deputados por estado. Para evitar que sete unidades da Federação percam representantes, a solução encontrada foi ampliar o número de cadeiras de 513 para 531. De acordo com a proposta, o impacto anual é de R\$ 64,6 milhões, o que seria resolvido com o remanejamento de recursos já previstos no orçamento. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), trabalha com a previsão de a iniciativa ser votada pelo Senado em junho. Ele vai conversar com o chefe do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para que haja um acordo entre as duas Casas que impeça que a medida não seja aprovada a tempo. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conar defende atuação com governo para regular propaganda de betsPoder Legislativo | **08/05/2025 – 16h33min**

Em reunião da CPI das Bets, na quinta-feira (8), o presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), Sérgio Pompilio, defendeu a atuação conjunta entre o setor privado e público na regulamentação de propagandas irregulares sobre apostas. Segundo ele, a publicidade por meio de influenciadores digitais em redes sociais — um dos focos de investigação da CPI — é o maior desafio para a atuação do Conar, que até então era baseado em empresas. Pompilio explicou que a entidade privada trabalha em uma parceria com a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), órgão do governo federal que fiscaliza o setor, para se adaptar à nova realidade da comunicação digital e da liberação das apostas. Em resposta à relatora da CPI, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), Pompilio afirmou que "não existe ainda um sistema de consequências fechado e alinhado" com a SPA para coibir abusos dos influenciadores na divulgação de bets. As regras para publicidade no setor se baseiam na [Lei 14.790, de 2023](#), e na [Portaria 1.231](#), de julho de 2024, do Ministério da Fazenda. Entre as vedações está, por exemplo, fazer promessas de ganhos falsos ou incentivar o público infantil. Fonte: Agência Senado

